

Transidentidade na escola: o nome social como libertação

Lenade Barreto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/DMMDC
lenadebarreto@hotmail.com

Resumo

Este trabalho é um relato de experiência sobre o acompanhamento da solicitação de direito ao nome social feita por um aluno transexual do Instituto Federal da Bahia cuja transição identitária foi iniciada em seu terceiro ano na instituição. Serão apresentados os entraves burocráticos encontrados, a percepção de alguns dos atores/atrizes institucionais envolvidos e os mecanismos empregados para a conquista do pleito. A discussão enlaçará o processo do estudante à relevância do nome social para as transidentidades. Metodologicamente o desenrolar discursivo se dá a partir de entrevistas em profundidade com o estudante e em questionários aplicados aos demais estudantes de sua turma.

Palavras-chaves: nome social, transidentidade, escola, entraves burocráticos.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, as pessoas transidentitárias conquistaram uma importante e crescente visibilidade no cenário nacional. A despeito das consequências contraditórias da visibilização¹ (LOURO, 2007), esse parece ser um caminho que só tende a avançar. Entretanto, quando delimitamos o espectro da transgeneridade e adentramos no universo das pessoas travestis e transexuais nos espaços formais de educação, a presença de tais corpos desertifica-se. Afinal, não se pode esquecer que as instituições de educação continuam não suportando o desconhecido e, por essa razão, os sujeitos precisam ser inteligíveis e previsíveis para que sejam incluídos em seus currículos institucionais (CÉSAR, 2009), o que para o segmento em questão não é tarefa simples.

Essa ampliação da visibilidade transidentitária traz à tona uma série de demandas importantes para o segmento. Uma delas é a questão do nome social. De modo geral, o nome representa o registro da pessoa humana desde a sua chegada ao mundo e é algo tão importante que é cuidadosamente regulado pelo Estado. Representa o atributo primário da personalidade individual. A Lei 6.015/73 de Registros Públicos que trata do nome civil, fala em “pessoas naturais” o que por si só já denota o caráter dificultoso do nome social para as pessoas transidentitárias.

O presente relato pretende descrever processo para aquisição do direito ao nome social no IFBA, campus Camaçari, empreendido por Peterson², um estudante que iniciou sua transição corporal

² Para evitar uma exposição desnecessária, o nome social real do estudante utilizado aqui é fictício.

identitária em seu terceiro ano na instituição. Serão apresentados os entraves burocráticos encontrados, a percepção de alguns dos atores/atrizes institucionais envolvidos e os mecanismos empregados para a conquista do pleito. A discussão enlaçará o processo empreendido institucionalmente pelo estudante à relevância do nome social para as transidentidades.

O caminho metodológico para este trabalho iniciou-se com a solicitação do estudante, a partir da comunicação à direção do campus Camaçari, em fevereiro de 2015, até março de 2016 quando finalmente se deu a aprovação da garantia do uso do nome social em todo âmbito do Instituto Federal da Bahia. Nesse sentido, o lastro é participante uma vez que sou docente da instituição, fui professora do estudante e acompanhei todo o processo. Foram feitas quatro entrevistas em profundidade com Peterson, das quais usaremos trechos de duas realizadas no ano de 2015. Para terceiras percepções do processo, foi aplicado questionário cujo recorte apresentado é o de alguns de seus colegas de turma. O questionário foi aplicado no ano de 2015, alguns meses após o ofício-resposta da Diretoria do campus para o estudante, elencando os motivos pelo não-atendimento ao seu pleito.

“O meu nome é a minha libertação!”³ – a importância do nome social para as transidentidades

A mudança para um cenário de respeito aos distintos matizes identitários pressupõe um longo caminhar a ser trilhado. O primeiro passo para isso é a desnaturalização dos processos e das relações sociais. Foucault (2012) já preconizou que existe toda uma rede histórica, social e cultural – família, escola, religião, medicina e leis – para efetivar a ciência da sexualidade que vivemos, marcada por ditames de condutas e comportamentos. As pessoas travestis e transexuais dobram pelo avesso a linguagem hegemônica utilizando a força performativa que têm (BUTLER, 2008) e liquida tais ditames e comportamentos. A partir do modo como elas registram a si, como falam, porque falam e de onde falam, impossibilita naturalmente a sua invisibilização nos espaços. Talvez por isso, sejam as que sofram maior rechaço coletivo, principalmente as transmulheres que são vítimas recorrentes do transfeminicídio (BENTO, 2016).

Para as transidentidades, um aspecto muito importante para a concretização desse primeiro passo exposto no parágrafo anterior, é o respeito ao nome social. Muitos insistem em desrespeitar esse aspecto que é crucial para a personificação da identidade individual da pessoa na sociedade.

De modo geral, é através do substantivo próprio e pessoal que a pessoa se materializa nos distintos espaços e faz sua voz audível no mundo. Varia transculturalmente, mas desempenha

³ Frase dita numa conversa informal, durante reunião do Coletivo Famílias pela Diversidade (17/06/2017), pela transmulher e ativista Sellena Ramos.

universalmente um papel crítico e se torna uma poderosa ferramenta política para o estabelecimento ou apagamento da identidade formal (VOM BRUCK e BODERNHORN, 2006). Os nomes pessoais podem expressar uma ampla gama de valores, servindo para indivíduos como roteiro para suas vidas, expressões das crenças e expectativas de seus pais, pistas sobre onde eles se encaixam na sociedade e quais são seus deveres. Os nomes são artefatos humanos que podem nos dizer muito sobre as crenças e sobre a ordem social. Em suma, os nomes estão cheios de informações históricas, culturais e sociológicas (ASLHEY, 1996 apud EMMELHAIZ, 2012).

Pina-Cabral em seu artigo *The Truth of Personal names* (2010) problematiza a preponderância da nomeação para as pessoas e o incômodo gerado pela não identificação com certos nomes. O autor discorre sobre a essência do nome verdadeiro, segundo o qual há um nome que casa com a verdadeira essência das pessoas. Ele destaca que muitas vezes as pessoas enfaticamente produzem frases do tipo “me chamam Fulano, mas meu nome verdadeiro é Cicrano”. A noção de verdade concebida pelo pesquisador não é o próprio nome ou o processo de nomeação, mas a forma como o nome reflete o indivíduo, como o nome reflete a alma. Essa argumentação se aplica muito à experiência trans e mostra ainda como o desconforto com o nome é algo tão relevante que não está restrito às transidentidades.

Como forma de empoderamento individual, um nome se torna um aspecto muito importante da transição entre as pessoas transgêneros⁴. Estas desenvolvem um apego intenso ao seu nome uma vez que o encontram. A escolha é um movimento imbuído de subjetivações. Para Santos (2010, p. 156), “o significado desse nome é construído juntamente com a identidade de gênero fabricada pelas/os transexuais e travestis como uma espécie de legenda, isto é, uma identificação diante do mundo e, sobretudo, materializa a nova identidade produzida pela construção do corpo”. A decisão pelo nome não segue um padrão e vai depender crucialmente da ideologia individual por detrás do aspecto da produção do gênero em andamento (BUCHOLTZ AND HALL, 2004). O sentimento de ajuste perfeito com seu nome é porque ele agora lhes permite incorporar sua identidade de gênero e executá-la publicamente. Ele lhes impulsiona na performance de sua “verdadeira” identidade (VANDERSCHANS, 2015).

O nome social é muito mais do que uma forma de individualizar-se socialmente. É muito mais que um não gostar, um não apreciar o nome de registro. O nome social tem uma carga semântica que abrange uma série de complexidades para além da forma e para além do léxico como regulador

⁴ Sigo a concepção de Berutti (2003) para quem transgênero é um termo guarda-chuva para as pessoas que desestabilizam os papéis rígidos de gêneros.

jurídico. O nome consonante com a identidade de gênero permite o estabelecimento de uma identidade formal e o início de uma inserção social, pois minimiza o quase sempre doloroso movimento de cruzar as fronteiras de gênero.

A escola precisa levar em conta todas essas questões e se preparar para o atendimento às demandas das identidades que chegam. Esse deveria ser o espaço natural, por essência, de inclusão e respeito da diversidade. Infelizmente, sexualidade, e tudo ligado a ela, é uma das questões que mais tem trazido dificuldades, problemas e desafios às organizações de ensino (FIGUEIRÓ, 2004). De modo geral, a escola se mantém emudecida, praticante do não-discurso (FOUCAULT, 2012), a despeito de uma série de documentos e leis que ressaltam a importância de um debate amplo em torno do tema. Sexualidade ainda é um assunto tratado como um fantasma que vaga pelas cercanias e os interiores da escola e da sala de aula. Não é o único, mas é, sem dúvida, um daqueles que, quanto mais se busca erradicar, mais assombra a cada corredor institucional (GUIRADO, 1997).

Quando o inesperado surge quebrando a rotina escolar, não mais como fantasma, mas materializado aqui na figura de Peterson, as tecnologias sofisticadas de poder centradas no controle exacerbado dos corpos são mobilizadas via disfunções burocráticas para a escola tornar-se escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal (PERES, 2004).

O início de uma transição identitária

Quando a estudante Patrícia⁵ retornou do recesso no início do ano de 2015, voltou com um visual bem diferente. Primeiramente, chamou muita atenção o fato de que havia se desfeito dos longos cachos – seu cabelo estava bem curto. Todavia, o que mais causou alvoroço naquela classe de 3º ano foi o comunicado da, até então, aluna de que a partir daquele momento gostaria de ser chamada de Peterson e ser tratada no masculino, de acordo com sua identidade.

O próprio Peterson inicialmente não tinha muita consciência sobre seu perfilar identitário. Isso ficou evidente em uma das entrevistas:

Meu nome social completo é Peterson X. X. Desde que me entendo por gente me identifico com o gênero masculino. Porém, não sabia que existia isso de "identidade de gênero". Fui criado numa família rigorosamente evangélica e muito preconceituosa, então quando eu era pequeno e invejava os brinquedinhos do meu irmão, ou queria ao máximo me parecer com meu pai, era sempre repreendido. Por ser omissos, abaixava a cabeça e "aceitava" o "Deus quis assim". Com o tempo me identifiquei em parte com o movimento lésbico, por gostar de meninas e namorar uma lá em SP (quando morava com minha avó). Quando descobriram meu relacionamento com a moça me tiraram as pressas de SP, (ideia genial da minha avó para que eu parasse de gostar de garotas) e me jogaram aqui na Bahia. Minha vó

⁵ O nome de registro do estudante trans é fictício.

disse que eu não ia crescer na vida, porque "esse povo promíscuo nunca ascende na vida"- palavras dela. (Peterson, 25/03/2015).

Para além das questões institucionais, uma das evidências da fala de Peterson é de como heteronormativismo ainda impregna toda uma sociedade e de como a saída do armário é um processo doloroso resultando muitas vezes em expulsões e abandonos por parte de familiares e amigos (DENIZART, 1997; PERES, 2004; STECZ, 2003). Ao mesmo tempo, a identificação de Peterson com o movimento lésbico é uma questão recorrente nas narrativas de homens trans. O trabalho de Berutti (2010 apud SANTOS, 2014) e Santos (2010) são exemplos que tratam de tensões vivenciadas por alguns homens trans na transição entre a lésbico e a inserção no universo cisgênero. O alinhamento identitário à preparação do corpo trilha uma escala gradativa até alcançar a transidentidade almejada.

Quando ele comunicou sobre sua transição identitária, de um modo geral, os colegas de turma se mostraram bastante afetivos com o novo cenário que se apresentava. A turma já tinha conhecimento de diversos aspectos e conceitos relativos ao universo LGBT e às identidades de gênero. Contudo, quando apresentamos um questionário aos estudantes da turma, um colega, que aqui será referido como Estudante 5, demonstrou confusão e certa resistência. Uma das perguntas do questionário foi “ Como acha que a instituição lidou inicialmente com a transição de Peterson? ” A resposta foi: “Não sei dizer. Estou confuso. Tudo muito complicado, professora. Conheci como Patrícia agora virou menino”. Para a pergunta “Qual a percepção que você tem dos docentes, técnicos, terceirizados e demais estudantes ante a mudança de identidade de Peterson? ”, Estudante 5 respondeu:

De repente estava todo mundo chamando **ela** de Peterson. Somente um professor não quis chamar. Mas toda hora tem um professor que esquece. O jardineiro fica olhando e achando tudo estranho, claro. As tias da limpeza também. A fiscal disse que isso não era coisa de Deus. Acho muita doideira e coragem **dele**. (Estudante 5, 26/10/2015, grifo nosso).

Entre os calouros daquele ano, muitas distorções foram explicitadas, das quais algumas foram testemunhadas diretamente por mim. Dois estudantes, me procuraram para saber sobre “uma aluna que havia virado aluno”. Queriam saber se o fato era realmente possível. Pedi a eles que voltassem num determinado horário pois teria aula com a turma e abriria a porta para eles observarem a turma e tirar conclusões. Somente um dos estudantes voltou. Eu abri a porta enquanto a turma fazia trabalho em grupo. Lhe perguntei, então, se notava algo de errado em algum estudante da turma. “Não”, foi a sua resposta. Sobre esse fato, Almeida (2012) discorre sobre a vantagem da construção do corpo masculino e um conseqüente *passing* menos estressante. Ou seja, “o uso da testosterona no caso dos

homens trans, ao contrário do que ocorre com as mulheres trans, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem” (p. 519). A transidentidade masculina então é invisibilizada o que favorece a inserção social. Quando abri a porta da sala para o estudante novato na instituição, ele não conseguiu identificar o aluno trans a partir do que havia escutado nos corredores institucionais.

Quando o Peterson decidiu comunicar aos setores institucionais sobre o início de sua transição para o respeito ao seu nome social ser efetivado, se deu conta de que nada seria tão simples:

Fui logo na pedagoga do IFBA, que nada sabia sobre o assunto, inclusive disse que "em 7 anos de profissão nunca lidou com essa situação". Eu mesmo sem saber como proceder institucionalmente a orientei no que sabia pelas minhas "viagens" na internet e conversas com amigos. De resposta tive "não fale com os professores ainda, espere a solicitação institucional chegar até eles eu lhe aconselharia" e em seguida pediu para que eu enviasse uma solicitação formal escrita a Diretoria para que pudessem intervir, de fato. (Peterson, 25/03/2015).

Sobre essa comunicação pessoal no setor da pedagogia, Estudante 3 comentou ao responder à pergunta sobre a percepção dos atores/atrizes institucionais (supracitada):

Nós conversamos com os professores, já que a instituição não mudaria oficialmente o nome dele na caderneta. Então, que os professores fizessem isso em sua planilha pessoal, e tratasse Peterson como ele de fato se sente e é. Alguns professores foram bem tranquilos, outros, na verdade um em especificamente, ainda o chama do seu nome de registro. Houve fatos de preconceito de um aluno, que me disse que sempre viria Peterson como Patrícia, e isso foi triste. Como também a difícil aceitação da família dele, ele sofre muito com isso.... Ah, a pedagoga quase desmaia quando Peterson foi falar com ela. Eu estava junto. Foi massa! (Estudante 3, 26/10/2015).

Os comportamentos evidenciados pelos stakeholders institucionais, através dos relatos, revelam duas questões importantes. Primeiramente, o despreparo organizacional ante as possibilidades de enfrentamento de novos matizes identitários. O heteronormativismo, que impregna a sociedade, adentra as concepções curriculares e as organizações de ensino se mostram empenhadas na reafirmação e na garantia do sucesso da heterossexualização compulsória e da incorporação das normas de gênero (JUNQUEIRA, 2013). Isso se dá porque as organizações, de um modo geral, continuam sendo geridas como entidades neutras e assépticas que desconhecem diferenças (IRIGARAY, 2007). No ano de 2015, já havia todo um arcabouço teórico e legal sobre questões de identidade de gênero e, mais especificamente, sobre o direito ao uso do nome social nas distintas organizações públicas do país, principalmente nas federais – aspecto heteronormativamente ignorado.

Por outro lado, a fala da pedagoga conduz a uma problematização do par segredo/revelação (SEDWICK, 2007) e da desnecessária burocratização dos processos. A assunção da identidade de

gênero concretizada na busca de Peterson, significou a revelação de um “desconhecimento poderoso”, “um espaço epistemológico pesado” (SEDWICK, 2007, p. 35) e esvaziado de sentido. Ante tal panorama, ante a lacuna epistemológica evidenciada, a solução encontrada foi a aplicação da disfunção burocrática que confunde e afeta a qualidade de vida de atores e atrizes da organização (OLIVEIRA, 2006). Por se tratar de uma organização de ensino, uma escola, tal postura poderia ter levado o estudante a abdicar do processo de escolarização.

O caminho burocrático

Após o impacto inicial da comunicação sobre sua transição, Peterson decidiu seguir os trâmites burocráticos através de uma solicitação por escrito. Assim, foi iniciado um processo no setor de protocolo do campus no dia 13/03/2015.

Enviei outra solicitação, dessa vez por escrita, ao DIREN pedindo para que venham aderir meu nome social, porque ainda permaneciam me tratando pelo nome de registro, as pessoas que receberam a solicitação estavam mais perdidas que eu. Então fiz o favor de explicar a eles tudo o que eu queria corretamente. (Peterson, 25/03/2015).

A resposta veio através ofício onde ficou evidenciado o despreparo da instituição ante o pleito do estudante, sob alegação de questões normativas. O destino do ofício foi com nome de registro do estudante (com nome social abaixo), e emprego de vocativo inicial no feminino, ignorando a identidade reivindicada “Prezada Estudante”:

Em resposta ao Processo nº 092/2015 de 13/03/15, informamos que as solicitações em questão não podem, **momentaneamente**, ser atendidas, pois o IFBA não dispõe de uma regulamentação interna por parte do Conselho Superior – CONSUP que oriente e normatize o uso do nome social por estudantes, servidores e colaboradores e sua adoção nos formulários institucionais, embora tenhamos conhecimento do que reza a Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A caderneta de disciplina, por exemplo, é gerada eletronicamente a partir do Cadastro de Pessoa Física – CPF, através do Sistema SIGAEDU, gerenciado pela Diretora de Gestão de Tecnologia da Informação – DGTI do IFBA. Sendo assim, para que façamos a vinculação entre o nome social e a identificação civil em registros administrativos, precisamos que o órgão central de gestão de TI do IFBA o faça, pois não temos autonomia administrativa para tal...(Ofício nº 008/2015, 30/03/2015).

Importante destacar que a resposta oficial ao estudante revela aspectos de cunho estrutural do âmbito organizacional que tem uma relação direta com a jovialidade da instituição. O IFBA é fruto de uma mudança profunda, assim como a maioria dos institutos federais do país. Ou seja, identidades organizacionais com o seu papel social estável que se viram impelidas a assumir um papel diferente daquele que vinha sendo assumido, até então (BARRETO, 2014). Embora na história da rede federal

as mudanças tenham sido recorrentes, o câmbio para instituto, sem sombra de dúvidas, foi o mais profundo. Por mais que as sociedades modernas tenham a característica muito forte da mudança constante, veloz e permanente (GIDDENS, 1990; BAUMAN, 2007), esse processo traz consigo uma questão muito relevante que está em jogo que é a identidade da instituição. A emergência dos processos apresentados são mais velozes e sucumbem a lentidão burocrática que vem de mãos dadas com a jovem identidade organizacional, que tenta se estabilizar.

A não tomada de providências quanto ao respeito do nome social quando da comunicação oral, assim como a resposta por escrito, teve repercussões entre os colegas de turma de Peterson. Para Estudante 3, a instituição não agiu:

Nada bem, fizemos documentos pedindo que o reconhecesse como Peterson é um homem trans, que mudasse seu nome na caderneta, porém a instituição se negou. O instituto não fez nem mesmo uma palestra de conscientização de vários direitos de Peterson, e assim dando espaço a preconceito de alguns alunos. (Estudante 3, 26/10/2015).

Estudante 2 considera que a instituição:

Lidou com desdém. Acompanhei com Peterson alguns momentos em que ele tentou colocar seu nome social na instituição como o oficial e a direção não se colocou à disposição para ajudá-lo em nenhum momento, alguns professores continuaram chamando ele pelo antigo nome demonstrando total desrespeito por ele. (Estudante 2, 26/10/2015).

Na segunda entrevista realizada ainda em 2015, Peterson falou da dificuldade em lidar com um dos professores que não aceitaram lhe tratar pelo nome social, mesmo estando ele já ciente da identidade em construção e mesmo ante apelos incisivos dos colegas de turma de Peterson:

Isso me desanimou pois não dá vontade de ir para aula dessa maneira... e se for, só dá vontade de permanecer invisível porque se **ele resolve lhe fazer uma pergunta sobre a aula, a primeira palavra que sai é seu nome de registro**. Imaginar isso me fez faltar algumas aulas. (Peterson, 28/10/2015, grifo nosso).

O discurso hetero-cartorial é revogado, bradado e repetido para a permanência da compulsoriedade de uma estrutura milenar. Essa é a concretização daquilo que Bento (2011) chama de atuação escolar para a invisibilização de seres abjetos. Para além de invisibilizar o corpo estranho materializado na sala de aula, a postura, como já dito anteriormente, é um dos fatores que levam as transidentidades ao abandono dos espaços acadêmicos.

O outro caminho

Em virtude do não atendimento à necessidade do estudante Peterson no campus, decidimos apresentar o projeto de institucionalização do nome social diretamente ao Conselho Superior do

IFBA, mesmo havendo a Diretoria do campus sinalizado na resposta ao estudante que havia comunicado a PROEN. O Projeto foi entregue a um dos conselheiros para que fosse encaminhado a secretária do Conselho, a fim de que a demanda fosse colocada em pauta para aprovação de uma resolução.

Houve uma greve de dois meses e meio dos servidores da instituição, iniciada no mês de abril que durou, até o mês de julho. A partir de então, houve várias tentativas de ter o pleito do nome social discutido no CONSUP. De acordo com o Conselheiro a quem endereçamos o projeto, algumas subjetivações foram sentidas para a não inclusão da demanda na pauta. Tais subjetivações tacitamente nos levam a crer que giravam em torno da heteronormatividade reinante no órgão máximo institucional. Vale destacar que, para a nossa surpresa, a relatoria do projeto foi retirada de suas mãos. Nesse ínterim, o estudante Peterson seguia com os entraves de distintos fundamentos para a aceitação de seu nome por parte de algumas pessoas no campus. Foram recorrentes as faltas, principalmente na disciplina cujo professor negava seu nome social.

Outro entrave surgiu, dessa vez na vida pessoal: Peterson foi expulso de casa pela mãe que não aceitava sua transição. O acolhimento familiar sai, o ativismo entra em cena. A expulsão de casa, apesar de lamentável, trouxe uma série de possibilidades, para além de orientações quanto a transição corporal. Os movimentos sociais têm um dinâmica muito particular na busca pelos direitos de grupos ditos minoritários. Em plena era de ativismos e tecnologia da informação com seus aparatos de assimilação instantânea e mais massivamente acessíveis, as pessoas *trans*, tem mais acesso a informação e ao lastro jurídico que permeia a vida social – eis que as subalternas, começam a falar (SPIVAK, 1988) e querem suas vozes audíveis na sociedade e seus corpos presentes nos distintos espaços. Assim, no dia 03 de fevereiro de 2016 foi emitida, pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, uma notificação (001/2016) ao Reitor do Instituto Federal Bahia para que fossem adotadas todas as “providências administrativas necessárias para que qualquer estudante transexual ou travesti possa ser identificado pelo seu nome social, em todos os documentos de identificação do IFBA, se assim o desejar” (PIMENTEL, 2016, p. 10).

A chegada da Defensoria Pública da Bahia à batalha em prol de uma identidade fez acelerar o processo que estava parado há muito. Na reunião seguinte do CONSUP, foi aprovada a Resolução 10 de 28/03/2016, normatizando o Uso do Nome Social para o Reconhecimento da Identidade de Gênero no âmbito do IFBA.

Conclusão

A escola, como uma organização muito dinâmica, de identidade própria e móvel, deve pautar suas ações a partir da emergência das situações cotidianas que, nesse espaço, não são poucas. Trata-se de uma realidade onde o fluxo de conhecimento é amplo e, praticamente, irrestrito. O excessivo apego a trâmites burocráticos numa instituição de ensino congela os corpos, retirando a autonomia e invisibilizando as peculiaridades dos atores/atrizes. Muitas das situações constrangedoras vivenciadas por Peterson poderiam ter sido evitadas se, em vez de se ater aos mecanismos burocráticos e às ferramentas tecnológicas do fazer institucional, a Direção do campus tivesse optado por um comunicado simples, um documento interno dando ciência à comunidade sobre a identidade em construção e à consequente necessidade do respeito ao nome social, seria uma demonstração de respeito à dignidade humana inicial, prática e antecipadora da regulamentação oficial reivindicada.

O não atendimento ao pedido de respeito de algo tão basilar quanto o nome é um fator dificultador da permanência na escola. Essa desatenção é, quase sempre, a materialização da exclusão, da abjeção, e minimização da possibilidade de uma vida habitável (BUTLER, 2006).

Ter o nome social reconhecido no Instituto Federal da Bahia, mesmo após uma árdua batalha, significou muito mais do que adjetivar-se institucionalmente – Peterson substantivou-se com toda a carga semântica de sua identidade de gênero. Com a conquista, traduziu-se para o seu mundo escolar e *transpensou-se*⁶ para além da etiqueta social recebida no nascimento e apresentada quando de sua entrada na escola (Patrícia). O nome social reconhecido, ainda que tardio, proporcionou um ambiente favorável, motivou a permanência do estudante na escola, a conclusão de seus estudos e a obtenção de uma vaga num curso de alta concorrência numa universidade federal.

Referências

ALMEIDA, G. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v 20, n. 2, pp. 513-523, maio-agosto. 2012.

BARRETO, L. **Trabalho identitário local: a experiência das marcas da baianidade no processo de identidade organizacional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENEDETTI, M. **Toda feita – O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

⁶ Tomamos de empréstimo o termo *transpensar* de José Martí (1975, p. 13) e de sua atividade como tradutor literário. O grande escritor cubano usa o termo com a intenção de dar carga semântica a todos os matizes linguísticos e extralinguísticos que quem traduz deve considerar para alcançar a recriação da mensagem ideológica de um texto original. *Transpensar*, assim, representa a passagem de uma cultura a outra conduzida pelo tradutor.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

_____. Transfeminicídio: Violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (Org.) **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 6.015/1973 de Registros Públicos**. Brasília. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015.htm> Acesso em 19 jun 2017.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. 2004. Language and Identity. In: **Companion to Linguistic Anthropology**. DURANTI A., ed. Pp. 369-394. Malden, MA: Blackwell.

BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, Vol. 40, No. 4. pp. 519-531. The Johns Hopkins University Press. 1988.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÉSAR, M.R. de A.; DUARTE, A. **Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do fitness**. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p. 119-134, 2009.

DENIZART, H. **Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EMMELHAINZ, Celia. "Naming a New Self: Identity Elasticity and Self-Definition in Voluntary Name Changes". **Names**. Vol. 60 Iss. 3 (2012). Available at: <http://works.bepress.com/emmelhainz/4/>

FIGUEIRÓ, M. N. D. O professor como educador sexual: Interligando formação e atuação profissional. In: PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO. **Sexualidade e educação: Aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

GUIRADO, M. Sexualidade, isto é, intimidade redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997, p. 25-42.

IRIGARAY, H.A.R. Política de diversidade: uma questão de discurso? In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD**, 30., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília. UNESCO. 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

LOURO, G. L. **O corpo educado pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTÍ, J. **Obras completas**. La Habana, Ed. Ciencias Sociales, 1975.

PERES, W. S. Processos de estigmatização e estratégias de resistência: violência, exclusão e sofrimento psíquico. In: PARKER, Richard G. et al. (Orgs.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: Abia, 2004.

PINA-CABRAL, J. The truth of personal names. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 16 (2). pp. 297-312. ISSN 1359-0987. 2010. Available at: <http://kar.kent.ac.uk/31204/>

OLIVEIRA, S. L. de. **Sociologia das Organizações: Uma Análise do Homem e das Empresas no Ambiente Competitivo**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

PERES, W. S. Travestis: subjetividade em construção permanente. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. G. (Orgs.). **Construções da sexualidade**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

PIMENTEL, W. **Notificação Extrajudicial nº 001/2016. Defensoria Pública da Bahia**. 03/12/2016.

SANTOS, D. B. C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2010.

SANTOS, A. Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções. In: COELHO, M.T.A.D., SAMPAIO, L. L. P. (Orgs.). **Transexualidades: Um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, June 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=en&nrm=iso>. Access on 21 Mai 2017.

SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, C. e GROSSBERG, L. (eds.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988. Can the Subaltern Speak? p.271-313.

STECZ, S. S. (Org.). **Perfil, identidade e experiências das travestis de Curitiba**. Curitiba: Reproset, 2003.

VANDERSCHANS, A. The Role of Name Choice in the Construction of Transgender Identities. **Western Papers in Linguistics / Cahiers linguistiques de Western**: Vol. 1: Iss. 2, Article 2. 2015. Available at: http://ir.lib.uwo.ca/wpl_clw/vol1/iss2/2.

VOM BRUCK, G.; BODERNHORN, B. Entangled in Histories: An Introduction to the Anthropology of Names and Naming. In: **The Anthropology of Names and Naming**. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 1-30. 2006.